

FICHA TÉCNICA

A Academia Vai ao Cárcere

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	ESTRATÉGIA	INICIATIVA ESTRATÉGICA
1. Promover o aperfeiçoamento do sistema de defesa social	1.7 Melhorar a execução penal e o sistema penitenciário	1.7.12 Elaborar parcerias com instituições não governamentais, inclusive entidades religiosas, visando a ações de humanização no cárcere

GESTÃO DO PROJETO

Projeto estratégico por adesão: **NÃO**

EMENTA DO PROJETO

O Programa “A Academia vai ao Cárcere” tem por objetivo viabilizar uma série de ações próprias à Academia e de demandas inerentes ao sistema prisional baiano, como realização de pesquisas, trabalhos de extensão, cursos em várias modalidades, estágios supervisionados curricular e/ou reuniões científicas promovidas pela Universidade no âmbito do Sistema Penitenciário da Bahia.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO

Em janeiro de 2017, através do Ato nº 030, foi instituído pela Procuradora Geral de Justiça, Dra Ediene Lousado, o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Sistema Prisional do Estado da Bahia – GT_ASP, com a finalidade de realizar diagnóstico detalhado do sistema prisional, acompanhar e propor medidas voltadas ao enfrentamento dos problemas relacionados ao funcionamento das unidades prisionais em âmbito estadual. Ao fim do trabalho realizado pelo GT_ASP, foi elaborado e apresentado à Procuradora Geral de Justiça, documento descritivo com a situação das unidades prisionais, sob os mais diversos aspectos e os principais problemas encontrados, bem como consolidou-se uma base de dados composta de informações parametrizadas, fotos, vídeos e áudios, coletadas ao longo da realização do diagnóstico. O diagnóstico expôs graves problemas no sistema prisional baiano: gestão penitenciária ineficiente, capacitação deficitária dos quadros, ausência de profissionais do corpo técnico, instalações físicas deterioradas, mobiliários inadequados, deteriorados e insuficientes, baixíssimo nível de informatização de processos, domínio dos pátios das unidades por facções criminosas, baixo número de internos em atividades laborativas e educacionais, ausência de acompanhamento de

reincidência, individualização da pena e separação por delitos, espaços físicos insalubres e inseguros, ausência de procedimentos operacionais de segurança, ausência de tipologias arquitetônicas adequadas aos regimes de cumprimento de pena, ausência de participação da sociedade na fiscalização da gestão prisional, dentre outros. Instada a posicionar-se sobre os graves problemas encontrados, a Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização trouxe como um dos principais argumentos a insuficiência de quadros especializados nas suas diretorias e equipes técnicas das unidades prisionais para a realização de estudos e implementação de projetos em tempo hábil, impactando diretamente nos prazos de execução do orçamento, que por sua vez agravava os problemas existentes. A este momento, com fulcro na necessidade de conferir caráter permanente ao trabalho realizado pelo GT_ASP, foi criada pela Procuradora-Geral de Justiça, na estrutura do CEOSP, a Unidade de monitoramento da Execução da Pena e Medidas de Segurança – UMEP, sob a Coordenação do Promotor de Justiça Edmundo Reis Silva Filho, que já contando com uma interlocução junto às Universidades, propôs a criação do Programa A Academia Vai ao Cárcere, como forma de promover estudos sobre o tema, desenvolver com profissionais da Academia projetos específicos para a atuação frente aos problemas apresentados, além de promover o despertar da sociedade para a situação carcerária no Estado da Bahia através inserção do tema na formação dos jovens profissionais das mais diversas áreas. A gravidade dos problemas públicos que se inserem no âmbito prisional é objeto de atenção especial do Ministério Público, cuja voz tem demandado, constantemente, aos diversos atores do sistema prisional, de um lado, a necessidade de visibilidade do sistema prisional como questão urgente e, sobretudo, necessária e, de outro lado, a imprescindibilidade de diálogo interinstitucional. É com o viés de diálogo interinstitucional e, notadamente, de aproximação da sociedade civil com a questão prisional, que o Programa “Academia vai ao Cárcere” foi concebido em meados de 2017. Conformado pelos objetivos estratégicos nacionais, constantes do Mapa Estratégico de 2020 a 2029, de “Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional” e de “Intensificar o diálogo com a sociedade”, o Programa “Academia vai ao Cárcere” foi concebido no âmbito da Unidade de Monitoramento e Execução da Pena e Medidas de Segurança (UMEP) do Ministério Público do Estado da Bahia, tendo por objetivo principal promover integração entre os órgãos institucionais e a sociedade civil organizada para a melhoria do sistema prisional baiano por meio da utilização deste como laboratório de estudos e pesquisas que subsidiam projetos e ações a serem implementadas no seu âmbito. Desse modo, o citado Programa visa emprestar materialidade ao que dispõe o artigo 4º da Lei de Execução Penal, de maneira a aproximar a comunidade, por meio da rede universitária, ao fenômeno do sistema prisional, em específico, o baiano, transformando-o em um lócus de produção de conhecimento científico e de realização de trabalhos de extensão, que

permitem, a um só tempo, melhor diagnosticar e conhecer os espaços de privação de liberdade baiano, e, igualmente, conformar subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas no sistema prisional e conferir consecução a projetos de implantação de melhorias em ações assistenciais, no viés educacional, laboral e cultural no sistema penal local. O programa “A Academia Vai ao Cárcere”, com base nos seus objetivos e por meio do desenvolvimento dos projetos que o compõem, pretende promover impactos nos seguintes termos:

- Melhoria geral nas condições de encarceramento na medida em que desenvolve projetos e ações articuladas, com foco nos eixos de atenção ao interno, atenção ao agente penitenciário, arquitetura prisional, gestão e política prisional, ações junto à comunidade;
- Melhoria na formulação de políticas públicas com vistas a prevenção da violência na medida em que formula e fornece aos órgãos institucionais, além de estudos acadêmicos, uma base de dados capaz de possibilitar não apenas a macro análise da população carcerária, mas também os detalhes sobre as unidades prisionais, as condições de encarceramento e o contexto social em que viviam os internos antes do encarceramento;
- Inserção do tema prisional nas grades curriculares dos alunos de graduação e pós-graduação, dos mais diversos cursos, a partir da promoção do contato de discentes e docentes com as atividades de execução da pena, formando profissionais mais completos, conscientes do seu papel social de fiscalizar o sistema prisional e prestar assistência aos internos, bem como da sua responsabilidade na reintegração daqueles que delinquiram.